



Boletim ENERGIA

Nº 22 / NOVEMBRO 2019

O Boletim Eletrônico de Energia traz informações sobre os principais atos administrativos, normativos e textos legais relacionados à regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil. Este material tem caráter informativo, e não deve ser utilizado para a tomada de decisões. Aconselhamento legal específico poderá ser prestado por um de nossos advogados.

ÁREA DE ENERGIA E RECURSOS NATURAIS

EQUIPE DE ENERGIA

Rafael Gagliardi, Raphael Gomes, Pedro Dante, Bruno Crispim, Renato Edelstein, Carolina Delamare e Allan Tasaka

DEMAREST

[Demarest Pensa](#)[Destaques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Em 01/10/2019, Raphael Gomes, sócio da área de Energia do Demarest, foi palestrante no I Seminário Brasileiro de Infraestrutura e Energia, discorrendo sobre os desafios jurídicos do setor elétrico brasileiro na comercialização e distribuição de energia. [Vide na íntegra.](#)

Em 02/10/2019, Bruno Crispim, advogado da área de Energia do Demarest, concedeu entrevista ao Portal Energia Hoje sobre o impasse entre Ministério de Minas e Energia (MME), ANEEL e FUNAI envolvendo as obras da linha de transmissão Manaus-Boa Vista. Sob sua visão, trata-se de uma obra estratégica para o país, sendo que o maior, e com certeza o pior desdobramento de um desentendimento entre os sócios, seria o projeto não ser retomado. [Vide na íntegra.](#)

Em 04/10/2019, Raphael Gomes, sócio da área de Energia do Demarest, falou sobre a obrigatoriedade do comercializador varejista durante a 2º Edição do Café Jurídico. O evento, organizado pelo Demarest, que contou com a presença do Grupo Energética Comercializadora e Safira Energia, foi demarcado por debates acerca de assuntos relevantes para o mercado de energia. [Vide na íntegra.](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

CCEE planeja ter dois anos de PLD Sombra antes de janeiro de 2021

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica planeja ter dois anos de PLD sombra antes do início do preço horário que passa a vigorar no ambiente comercial a partir de janeiro de 2021. A ideia é a de aplicar retroativamente ao PLD sombra a versão do Dessem que será homologada pela Aneel ainda no mês de novembro e será utilizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico a partir do ano que vem.

[Vide na íntegra](#)

MCSD de Energia Existente movimenta R\$ 136,3 milhões em setembro

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) concluiu a liquidação financeira dos termos de cessão dos contratos regulados decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente relativa ao mês de setembro de 2019. A operação envolveu R\$ 136.392.238,03 e contou com 100% de adimplência. No total, 50 agentes de distribuição participaram da liquidação, sendo metade de devedores e a outra metade de credores.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destaques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Abradee apresentará a GD 2.0 ao MME na próxima sexta-feira

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica apresentará ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o que chama de novo marco regulatório do Prosumidor ou a GD 2.0. O encontro ocorrerá na próxima sexta-feira, 1º de novembro. O diretor da entidade, Marco Delgado, não deu detalhes do que estará no documento, mas comentou que a modalidade que está em uma ampla campanha para manter seus subsídios já encontrou seu caminho para ser sustentável.

[Vide na íntegra](#)

Modernização do setor elétrico atuará em cinco frentes com 38 ações de curto prazo

A proposta do Ministério de Minas e Energia para a modernização do setor elétrico como resultado do grupo de trabalho composto para esse objetivo tem três linhas de atuação. Os objetivos comuns são o de atribuir um tripé formado pela governança, estabilidade regulatória e jurídica, além de previsibilidade. A apresentação deverá ser composta de um plano de ações com 5 frentes e 87 ações, dessas 38 devem ser de curto prazo.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Taesa prevê investir até R\$ 1,8 bilhão em quatro projetos

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa) informou que pretende investir entre R\$ 1,67 bilhão e R\$ 1,8 bilhão entre 2019 e 2022. Os recursos serão utilizados na construção de quatro empreendimentos que, quando concluídos, adicionarão R\$ 744 milhões anuais em receitas para a companhia. De acordo com o fato relevante divulgado pela companhia na segunda-feira, 28 de outubro, os projetos em construção são: Janaúba Transmissora de Energia Elétrica, Mariana Transmissora de Energia, Miracema Transmissora de Energia e Sant'Ana Transmissora de Energia, somando 1.307 km de linhas de transmissão e 13 subestações. Alguns projetos estão em fase avançada de construção.

[Vide na íntegra](#)

Aneel aprova PCH de 9,1 MW para testes no Mato Grosso

A Agência Nacional de Energia Elétrica aceitou a solicitação da SPE Recanto Energética e deliberou a operação em testes de duas turbinas de 4,5 MW de potência da pequena central hidrelétrica Recanto, perfazendo um total aprovado de 9,1 MW na usina localizada no município de Tangará da Serra, no Mato Grosso.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Mudança de norma esquenta embate entre distribuidoras e segmento de GD

Distribuidores e representantes do segmento de energia solar fotovoltaica voltam a se enfrentar esta semana em três reuniões públicas no Congresso Nacional, na guerra de argumentações contrárias e favoráveis à manutenção dos subsídios aos mini e microssistemas de produção de energia elétrica. Um dos convidados em duas dessas audiências públicas é o diretor Rodrigo Limp, relator da proposta da Aneel, que prevê mudança nas regras de compensação da energia injetada na rede por consumidores locais ou atendidos por instalações remotas.

[Vide na íntegra](#)

Experiências europeias com eólicas offshore podem subsidiar decisões no Brasil

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis lançou este mês o resultado de um mapeamento dos modelos decisórios aplicados em países da Europa para empreendimentos eólicos offshore. O estudo que retrata as experiências de Alemanha, Portugal, Espanha, Bélgica, Dinamarca e França deve subsidiar a proposta do órgão ambiental de regras para o licenciamento de parques eólicos marinhos no Brasil. Até dezembro, o Ibama espera abrir consulta pública com o Termo de Referência para os estudos de impacto ambiental desse tipo de empreendimento.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destaques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

EDP investirá R\$ 2,5 bi em São Paulo

A EDP vai investir um total de R\$ 2,5 bilhões no estado de São Paulo. Os recursos contemplam projetos nas áreas de distribuição, transmissão, energia solar e mobilidade elétrica durante o ciclo 2019-2023, além de projetos sociais e culturais. São iniciativas que, segundo cálculos da empresa devem gerar 3 mil novos postos de trabalho durante o período das obras, além dos 4,5 mil colaboradores que a EDP já emprega direta ou indiretamente em São Paulo.

[Vide na íntegra](#)

Vencedora no A-6, Tradener vai investir em torno de R\$ 400 mi em três PCHs

Com uma pequena central hidrelétrica já em fase de conclusão no rio Tamboril, a Tradener se prepara para investir em torno de R\$ 400 milhões na construção, no mesmo sítio, de outras três PCHs contratadas no último Leilão A-6. Está nos planos da empresa financiar de 70% a 75% dos novos empreendimentos com a contratação de empréstimo bancário ou a captação de recursos no mercado, por meio do lançamento de debêntures de infraestrutura.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

PLD sobe 10% em todos os submercados

O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para a primeira semana de novembro (26 de outubro a 1º de novembro de 2019), o preço médio em todos os submercados foram fixados em R\$ 301,65/MWh, um aumento de 10% em relação a semana passada.

[Vide na íntegra](#)

Câmara instala comissão do PL da Portabilidade

A Câmara ressuscitou oficialmente o PL 1917/2015, conhecido como PL da Portabilidade, que trata das medidas de modernização do setor elétrico previstas na Consulta Pública 33.

[Vide na íntegra](#)

Eólica offshore pode ser indústria de US\$ 1 tri, aponta AIE

A Agência Internacional de Energia aponta que a energia eólica offshore se expandirá de forma expressiva nas próximas duas décadas. Esse comportamento é previsto devido à necessidade de aumento dos esforços para descarbonizar os sistemas de energia e reduzir a poluição do ar. Essas são as conclusões do mais recente estudo da agência, o Offshore Wind Outlook 2019, publicado parcialmente na sexta-feira, de 25 de outubro.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

MME abre consulta pública com proposta de revisão dos critérios de suprimento

O Ministério de Minas e Energia abriu consulta pública com os parâmetros associados a métricas já estabelecidas para a revisão dos critérios de garantia de suprimento a serem aplicados nos estudos de planejamento da expansão do sistema a partir de janeiro de 2020. O objetivo da medida é “tornar os instrumentos de avaliação das condições de atendimento ao sistema elétrico mais transparentes e assertivos, aumentando a aderência entre o planejamento da operação, planejamento da expansão e cálculo de garantia física”, explica a nota técnica disponível no site do ministério. O MME vai receber contribuições até o dia 7 de novembro.

[Vide na íntegra](#)

Divulgada Nova Versão do Plano Decenal de Energia (PDE) 2029

A minuta do PDE propõe discussões sobre flexibilidade operativa, alteração da matriz energética, modernização do parque hidrotérmico e avaliação de competitividade econômica de plantas em fim de contrato ou término de subsídios no custo de operação, além de uma análise com dados mais detalhados de investimentos em transmissão, um enfoque especial à geração descentralizada e análises de sensibilidade para a micro e minigeração distribuída.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

ANEEL Aprova Metodologia de Cálculo para Pagamento do UBP por Empreendimentos Hidráulicos com Capacidade Instalada Superior 5MW e Igual ou Inferior a 50 MW

De acordo com o artigo 20, §1º da Constituição Federal, os potenciais de energia hidráulica são bens da União, assegurada a participação no resultado da exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou compensação financeira por essa exploração.

[Vide na íntegra](#)

Ministério da Economia faz críticas a subsídios em GD e defende revisão da Res. nº 482

O Ministério da Economia divulgou em sua página na internet, uma apresentação com forte defesa da proposta Aneel no sentido de extinguir os subsídios concedidos à mini e à microgeração distribuída nos sistemas fotovoltaicos instalados a partir do ano que vem. A pasta faz críticas contundentes ao modelo atualmente vigente, pelo qual unidades residenciais e comerciais com geração própria local ficam isentos dos custos de uso da rede elétrica, que acabam sendo absorvidos pela parcela de consumidores que não dispõem de sistemas de GD.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Mercado exalta resultado do Leilão A-6, mas faz críticas ao modelo de contratação

Assim como o governo federal, o mercado também se mostrou positivamente surpreso com o Leilão de Energia A-6/2019, cujo o resultado final irá viabilizar, ao longo dos próximos cinco anos, a instalação de 2.979 MW em 91 novos projetos de geração. Destaques na expansão da geração do setor elétrico brasileiro na última década, os segmentos de eólica e de solar comemoraram os números apurados em cada uma das suas áreas, destacando pontos como a competitividade apresentada pelas respectivas fontes e o potencial de crescimento indicado para as próximas licitações públicas, já a partir do ano de 2020.

[Vide na íntegra](#)

MME desiste de norma que obrigava contratação de comercializador varejista

O Ministério de Minas e Energia decidiu não levar adiante a ideia de estabelecer a obrigatoriedade de representação de consumidores com carga igual ou inferior a 1 MW por comercializador varejista junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A proposta apresentada em consulta pública em agosto desse ano enfrentou resistência da maioria dos agentes de mercado que participou das discussões. Apenas 9% deles estavam de acordo com a proposta apresentada.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

GD remota pode ver atratividade reduzida em 2020

A proposta a ser colocada em Audiência Pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica a partir da quinta-feira de 17 de outubro, para a revisão das regras para a geração distribuída no Brasil levará a um incentivo maior à GD local ante a remota. Se aprovada do jeito que está, a GD afastada do ponto de consumo deverá perder uma importante parte de sua atratividade em muitos casos. A opção pela proposta deve-se ao fato de que nos cálculos feitos pela agência reguladora os consumidores no mercado regulado passariam a ter mais custos do que benefícios com as grandes usinas de GD ante aquelas no ponto de consumo.

[Vide na íntegra](#)

Aneel libera 62,1 MW eólicos para operação comercial no Maranhão

Decisão contempla 23 aerogeradores de 2,7 MW das usinas Delta 7 I e II. UTE também é liberada para sistema isolado em São Paulo.

[Vide na íntegra](#)

MME lança diretrizes para leilões de energia existente de térmicas a gás e a carvão

Poderão participar usinas já em operação ou com entrada até dezembro de 2023, no caso do A-4, ou dezembro de 2024, no caso do A-5.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destaque](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Aneel define fator de corte para perdas regulatórias até 2020 para distribuidoras privatizadas

A superintendência de gestão tarifária da Aneel fixou o Fator de Corte de Perdas Regulatórias que será considerado no cálculo dos reembolsos mensais da Conta de Consumo de Combustíveis das distribuidoras beneficiárias, com os valores sendo aplicáveis aos pagamentos de janeiro a dezembro de 2020. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União dessa quinta-feira, 10 de outubro, por meio de despacho nº 2.773. Confira os números e as concessionárias contempladas na tabela abaixo.

[Vide na íntegra](#)

MME Publica Portaria sobre a Comissão que Estabelece as Diretrizes para os Leilões de Energia

O MME publicou a Portaria nº 381/2019 que altera a Comissão Especial dos Leilões de Energia Elétrica - CELEE, instituída pela Portaria MME nº 51/2006.

[Vide na íntegra](#)

MME estuda eliminar barreiras à implantação de térmicas a gás a partir de 2020

GT de integração entre os setores elétrico e de gás será responsável por atualizar o diagnóstico do Gás para Crescer e propor medidas.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

Consumidores inadimplentes do ACL só podem voltar ao ACR após pagamento de débitos

Consumidores especiais ou livres que estiverem inadimplentes com o pagamento da energia comprada só poderão retornar ao mercado cativo se renegociarem suas pendências com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O entendimento foi estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, em resposta a consulta da CCEE reforçada pelo Grupo Energisa e pela Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica. A inadimplência pode ser punida com o desligamento do quadro de associados da Câmara. Nessa situação o consumidor normalmente recorre à distribuidora, com a interrupção do suprimento de energia pelo fornecedor.

[Vide na íntegra](#)

MME Conclui Análise das Contribuições Recebidas no Âmbito da Consulta Pública Nº 76/2019

O Ministério de Minas e Energia - MME disponibilizou a Nota Técnica nº 54/2019/CGPR/DGSE/SEE com a análise final das 64 contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 76/2019, instituída com vistas a colher subsídios acerca da representação obrigatória perante a CCEE de consumidores de energia elétrica com carga total inferior ou igual a 1MW por comercializador varejista no mercado livre.

[Vide na íntegra](#)

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

DESPACHO Nº 2.703, DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA ANEEL, publicado em 01 de outubro de 2019

Fixa os créditos e os débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de agosto de 2019.

PORTARIA Nº 381, DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, publicada em 07 de outubro de 2019

Institui a Comissão Especial dos Leilões de Energia Elétrica - CELEE, de caráter consultivo e duração indeterminada, com a finalidade de propor diretrizes estratégicas, sistemáticas e normas para a realização dos leilões de energia elétrica.

DESPACHO Nº 2.683, DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, publicada em 01 de outubro de 2019

Estabelece que o inadimplemento de consumidor especial ou livre no âmbito da CCEE enseja seu desligamento associativo com a suspensão do fornecimento às respectivas unidades consumidoras, concomitante à resolução dos instrumentos contratuais celebrados com a distribuidora e, enquanto pendente a quitação, obsta nova celebração; e define como necessário que o consumidor negocie suas pendências com a CCEE para que seja permitida a celebração de contratos com a distribuidora.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 858, DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, publicada em 01 de outubro de 2019

Estabelece os critérios e os procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e do valor da tarifa de energia de otimização referente à cessão de energia efetuada pelo comercializador de energia da Usina Hidroelétrica Itaipu (TEOltaipu).

DESPACHO Nº 2.755, DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA ANEEL, publicado em 07 de outubro de 2019

Fixa o Fator de Rateio das concessionárias de distribuição de energia elétrica para a devolução do saldo remanescente da CDE Conta - ACR, nos termos do Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014.

DESPACHO Nº 2.771, DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA ANEEL, publicado em 09 de outubro de 2019

Fixa os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de agosto de 2019.

DESPACHO Nº. 2.772, DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA ANEEL, publicado em 09 de outubro de 2019

Fixa os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de dezembro de 2019.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

PORTARIA Nº 389, DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, publicada em 14 de outubro de 2019

Estabelece as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existente "A-4" e A-5", ambos de 2020.

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.625, DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, publicada em 15 de outubro de 2019

Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da CEB Distribuição S/A - CEBDIS, a vigorar a partir de 22 de outubro de 2019, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 396, DA MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA SUBSTITUTA, publicada em 21 de outubro de 2019

Divulga, para Consulta Pública, minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 - PDE 2029, a qual pode ser obtida na página do Ministério de Minas e Energia na internet.

PORTARIA Nº 398, DA MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA SUBSTITUTA, publicada em 22 de outubro de 2019

Divulga, para Consulta Pública, o "Relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento - Proposta de Parâmetros", cujo arquivo eletrônico e informações pertinentes podem ser obtidos na página do MME.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.628, DO DIRETOR-GERAL DA ANEEL, publicada em 22 de outubro de 2019

Estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, com vigência a partir de novembro de 2019.

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.629, DO DIRETOR-GERAL DA ANEEL, publicada em 22 de outubro de 2019

Homologa o resultado da Quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da EDP SP - São Paulo Distribuição de Energia S.A., a vigorar a partir de 23 de outubro de 2019, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 859, DO DIRETOR-GERAL DA ANEEL, publicada em 22 de outubro de 2019

Estabelece, na forma da Resolução em referência, a metodologia para cálculo do valor do pagamento pelo Uso de Bem Público - UBP, para prorrogação da outorga dos aproveitamentos hidrelétricos alcançados pelo art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

PORTARIA Nº 6.074, DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, publicada em 14 de outubro de 2019

Estabelece a Portaria de Estrutura com o funcionamento interno da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) por meio de determinadas Coordenações, sem prejuízo das demais atribuições de competência da unidade.

DESPACHO Nº 2.935, DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA ANEEL, publicado em 09 de outubro de 2019

Fixa a bandeira tarifária vermelha patamar 1 com vigência no mês de novembro de 2019, nos termos da versão 1.7 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

PORTARIA Nº 403, DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, publicada em 29 de outubro de 2019

Institui o Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico no âmbito do Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de viabilizar a efetiva execução do plano de ação de que trata o art. 5º, § 4º, da Portaria MME nº 187, de 4 de abril de 2019, bem como propor possíveis medidas complementares que se façam necessárias, de modo a promover as melhores soluções para a modernização setorial, em consonância com os princípios da governança pública, estabilidade jurídico-regulatória e previsibilidade.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

**DESPACHO Nº 2.954, DO SUPERINTENDENTE
DE GESTÃO TARIFÁRIA DA ANEEL, publicado
em 09 de outubro de 2019**

Fixa os créditos e os débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de setembro de 2019, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 845, de 21 de maio de 2019.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

AUDIÊNCIA PÚBLICA	ASSUNTO	MODALIDADE	PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO
nº 39/2019	Obter subsídios para o Relatório da Análise de Impacto Regulatório – AIR e para a minuta de Resolução Normativa que estabelece os indicadores, critérios de eficiência e procedimentos para o acompanhamento da qualidade do serviço e da Gestão Econômico-Financeira das concessionárias de distribuição de energia elétrica.	Presencial	20/11/2019 a 20/11/2019
nº 40/2019	Obter subsídios e informações adicionais referentes às regras aplicáveis à micro e mini geração distribuída para a elaboração da minuta de texto à Resolução Normativa nº 482/2012 e à seção 3.7 do Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST).	Presencial	07/11/2019 a 07/11/2019

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e
Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

CONSULTA PÚBLICA	ASSUNTO	MODALIDADE	PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO
nº 23/2019	Obter subsídios e contribuições adicionais à proposta de aprimoramento da metodologia de cálculo do Fator X relativo aos ganhos de produtividade (Pd), a ser aplicado aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica a partir de 2020.	Intercâmbio documental	03/10/2019 a 16/11/2019
nº 24/2019	Obter subsídios para o Relatório da Análise de Impacto Regulatório – AIR e para a minuta de Resolução Normativa que estabelece os indicadores, critérios de eficiência e procedimentos para o acompanhamento da qualidade do serviço e da Gestão Econômico-Financeira das concessionárias de distribuição de energia elétrica.	Intercâmbio documental	14/10/2019 a 28/11/2019

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

CONSULTA PÚBLICA	ASSUNTO	MODALIDADE	PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO
nº 25/2019	Obter subsídios e informações adicionais referentes às regras aplicáveis à micro e mini geração distribuída para a elaboração da minuta de texto à Resolução Normativa nº 482/2012 e à seção 3.7 do Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST).	Intercâmbio documental	17/10/2019 a 30/11/2019
nº 26/2019	Obter subsídios para definição de metodologia de cálculo e atualização da taxa regulatória de remuneração do capital.	Intercâmbio documental	17/10/2019 a 02/12/2019
nº 27/2019	Obter subsídios para normatizar o aprimoramento do mecanismo de Bandeiras Tarifárias, com vistas a suprimir de seus critérios de cálculo o sistema de arredondamento.	Intercâmbio documental	23/10/2019 a 09/12/2019

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e
Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

CONSULTA PÚBLICA	ASSUNTO	MODALIDADE	PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO
nº 28/2019	Obter subsídios para: (i) estender o prazo de vigência dos contratos de permissão de 26 Cooperativas de Eletrificação Rural, cujas outorgas foram concedidas antes da Lei nº 12.111/2009, de 20 para 30 anos, com possibilidade de prorrogação por igual período; (ii) promover a adesão de 7 Permissionárias às regras econômicas contidas no Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e (iii) alterar as datas-base de 9 Permissionárias.	Intercâmbio documental	23/10/2019 a 06/12/2019

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e
Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

CONSULTA PÚBLICA	ASSUNTO	MODALIDADE	PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO
nº 29/2019	Obter subsídios para aprovar o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE de 2020 e fixar as quotas anuais a serem pagas por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN que atendem aos consumidores finais de energia elétrica; (ii) alterar o Capítulo III-A da Resolução Normativa nº 414/2010 e o Submódulo 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, em função da publicação do Decreto nº 9.642/2018, que dispôs sobre a redução gradativa de determinados descontos concedidos em Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e Tarifa de Energia Elétrica - TE; e (iii) alterar o art. 61 da Resolução Normativa nº 801/2017, com vistas a dar continuidade do procedimento do reembolso preliminar.	Intercâmbio documental	30/10/2019 a 29/11/2019

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

CONSULTA PÚBLICA	ASSUNTO	MODALIDADE	PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO
nº 30/2019	Obter subsídios para a revisão dos submódulos 4.1, 4.2, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 7.2, 7.4, 9.9, 11.8, 13.2 e 15.4 dos Procedimentos de Rede.	Intercâmbio documental	31/10/2019 a 16/12/2019

[Demarest Pensa](#)[Destaques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

04.11

Início do período para inserir declarações de sobras e déficits - MCSD de Energia Existente, referente a novembro de 2019.

05.11

Débito da Liquidação Financeira do MCP, referente a setembro de 2019.

06.11

Término do período para inserir declarações de sobras e déficits - MCSD de Energia Existente, referente a novembro de 2019.

07.11

Término do período de contribuição para a Audiência Pública nº 40/2019. [Vide na íntegra.](#)

Crédito da Liquidação Financeira do MCP, referente a setembro de 2019.

[Demarest Pensa](#)[Destques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)**08.11**

Data limite para disponibilizar os montantes finais de sobras e déficits validados MCSD de Energia Existente referente a novembro de 2019.

16.11

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 23/2019. [Vide na íntegra](#).

18.11

Liquidão Financeira de Angra I e II referente a outubro de 2019.

19.11

Liquidão Financeira do Regime de Cotas de Garantia Física, referente a outubro de 2019.

Data limite para divulgação dos Relatórios de Desconto da TUSD/TUST referente a setembro de 2019.

[Demarest Pensa](#)

[Destques](#)

[Assuntos Regulatórios](#)

[Audiências e
Consultas Públicas](#)

[Calendário Regulatório](#)

20.11

Término do período de contribuição para a Audiência Pública nº 39/2019.
[Vide na íntegra.](#)

21.11

Data limite para divulgação dos resultados da liquidação financeira de Angra I e II referente a outubro de 2019.

Débito da Liquidação Financeira da Energia de Reserva, referente a outubro de 2019.

22.11

Crédito da Liquidação Financeira da Energia de Reserva, referente a outubro de 2019.

25.11

Liquidação Financeira do MCSD de Energia Existente, referente a setembro de 2019.

[Demarest Pensa](#)[Destaques](#)[Assuntos Regulatórios](#)[Audiências e Consultas Públicas](#)[Calendário Regulatório](#)

26.11

Liquidiação Financeira do MCSD de Energia Nova, referente a outubro de 2019.

27.11

Data limite para divulgação dos resultados da liquidiação financeira do MCSD de Energia Existente referente a outubro de 2019.

Data limite para divulgação dos valores a liquidar das cessões do MCSD de Energia Existente referente a novembro de 2019.

28.11

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 24/2019. [Vide na íntegra.](#)

29.11

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 29/2019. [Vide na íntegra.](#)

[Demarest Pensa](#)

[Destques](#)

[Assuntos Regulatórios](#)

[Audiências e
Consultas Públicas](#)

[Calendário Regulatório](#)

30.11

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 25/2019. [Vide na íntegra.](#)

02.12

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 26/2019. [Vide na íntegra.](#)

06.12

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 28/2019. [Vide na íntegra.](#)

09.12

Término do período de contribuição para a Consulta Pública nº 27/2019. [Vide na íntegra.](#)

[Demarest Pensa](#)

[Destaques](#)

[Assuntos Regulatórios](#)

[Audiências e
Consultas Públicas](#)

[Calendário Regulatório](#)



16.12

Término do período de contribuição
para a Consulta Pública nº 30/2019.

[Vide na íntegra.](#)



SÃO PAULO

Av. Pedroso de Moraes, 1201
+55 11 3356 1800

CAMPINAS

Av. Dr. José Bonifácio
Coutinho Nogueira 150, 4º andar
+55 19 3123 4300

RIO DE JANEIRO

Praia do Flamengo, 200 – 15º andar
+55 21 3723 9800

BRASÍLIA

Edifício General Alencastro
SEPS EQ, 702/902 4º andar Bloco B
+55 61 3243 1150

NEW YORK

375 Park Avenue, 36th Floor
+1 212 371 9191

demarest.com.br

DEMAREST